

Percepção do projecto Kwenda no desenvolvimento socioeconómico dos moradores do Hongo no município da Humpata

Perception of the Kwenda project in the socioeconomic development of the residents of Hongo in the municipality of Humpata

Júlio Marcente Carlos, Instituto Superior Politécnico Sinodal - ISPS

Anselmo do Nascimento Pambassangue Vieira, Instituto Superior Politécnico Sinodal - ISPS

Angelina Tchimbendje Kapipa, Instituto Superior Politécnico Sinodal - ISPS

Hamanene Miguel Dungula Twemulilaty, Instituto Superior Privado Rei Luhuna – ISPR

RESUMO

O presente artigo analisa a percepção do Projecto Kwenda no desenvolvimento socioeconómico dos moradores do bairro do Hongo, município da Humpata, província da Huíla. A relevância do tema justifica-se pela necessidade de compreender como políticas públicas de transferência social monetária podem reduzir a pobreza e promover inclusão produtiva em contextos rurais, marcados por exclusão social, carência de infraestruturas e fragilidade de serviços básicos. O estudo procura demonstrar em que medida o Kwenda, programa de protecção social lançado pelo Governo de Angola em parceria com o Banco Mundial, tem transformado as condições de vida das populações vulneráveis. A investigação seguiu abordagem qualitativa e quantitativa, de carácter descritivo-exploratório, recorrendo à revisão bibliográfica, análise e síntese, questionários e formulários. A amostra intencional incluiu 61 participantes, sendo 60 beneficiários do Kwenda e um responsável técnico. Os dados foram tratados por estatística descritiva, análise de conteúdo e triangulação das informações. Os resultados mostram que o Kwenda é amplamente percebido como instrumento de transformação social, favorecendo autonomia financeira — sobretudo entre mulheres —, reforçando a segurança alimentar, ampliando a frequência escolar e estimulando pequenos negócios. Contudo, emergem desafios relacionados à baixa literacia financeira, dificuldades logísticas na entrega dos apoios e carências de infraestrutura local. Conclui-se que o Kwenda exerce impacto positivo na redução das desigualdades e na melhoria das condições de vida, embora exija maior acompanhamento comunitário e estratégias de sustentabilidade a longo prazo.

Palavras-chave: Projecto Kwenda; desenvolvimento socioeconómico; protecção social; Angola.

ABSTRACT

This article analyzes the perception of the Kwenda Project in the socioeconomic development of residents of the Hongo neighborhood, Humpata municipality, Huíla province. The relevance of this topic is justified by the need to understand how public social monetary transfer policies can reduce poverty and promote productive inclusion in rural contexts marked by social exclusion, lack of infrastructure, and fragility of basic services. The study seeks to demonstrate the extent to which Kwenda, a social protection program launched by the Government of Angola in partnership with the World Bank, has transformed the living conditions of vulnerable populations. The research followed a qualitative and quantitative approach, with a descriptive-exploratory approach, using literature review, analysis and synthesis, questionnaires, and forms. The purposive sample included 61 participants, 60 Kwenda beneficiaries and one technical manager. The data were processed using descriptive statistics, content analysis, and information triangulation. The results show that Kwenda is widely perceived as an instrument of social transformation, fostering financial autonomy—especially among women—, strengthening food security, increasing school attendance, and stimulating small businesses. However, challenges emerge related to low financial literacy,

logistical difficulties in delivering support, and lack of local infrastructure. The conclusion is that Kwenda has a positive impact on reducing inequalities and improving living conditions, although it requires greater community support and long-term sustainability strategies.

Keywords: Kwenda Project; socioeconomic development; social protection; Angola.

1. INTRODUÇÃO

O combate à pobreza e à exclusão social constitui um dos principais desafios enfrentados pelo Estado angolano desde o término do conflito armado em 2002. Apesar dos progressos verificados nas últimas duas décadas, Angola continua a apresentar índices elevados de pobreza multidimensional, sobretudo em zonas rurais e periurbanas, onde a precariedade de infraestruturas e a frágil cobertura de serviços básicos limitam o acesso das populações a direitos fundamentais. É nesse cenário que se insere o Projecto Kwenda, uma iniciativa do Governo de Angola implementada em 2020, com apoio do Banco Mundial, que visa promover a protecção social e a inclusão produtiva de famílias em situação de vulnerabilidade.

O bairro do Hongo, no município da Humpata, província da Huíla, representa um caso emblemático para compreender o impacto do Kwenda em contextos rurais. Trata-se de uma comunidade predominantemente agrícola, composta por famílias numerosas, com baixo nível de escolaridade e dependentes da agricultura de subsistência como principal fonte de renda. A ausência de infraestruturas básicas, como escolas equipadas, unidades de saúde funcionais, água potável e vias de acesso adequadas, contribui para a persistência de desigualdades socioeconómicas.

A relevância académica e social deste estudo assenta na necessidade de avaliar o impacto de políticas públicas voltadas para a protecção social em Angola, sobretudo em comunidades marginalizadas. Do ponto de vista científico, a análise da percepção dos moradores do Hongo sobre o Kwenda permite compreender não apenas os efeitos imediatos das transferências sociais monetárias, mas também o potencial do programa para fomentar processos de inclusão produtiva e desenvolvimento sustentável. Do ponto de vista prático, o estudo contribui com dados empíricos que podem orientar decisões políticas e estratégias de aperfeiçoamento do programa, fortalecendo a sua eficácia na luta contra a pobreza extrema.

A escolha pelo enfoque na percepção da comunidade beneficiária justifica-se porque, em contextos rurais, a efectividade das políticas públicas depende não apenas da execução técnica, mas também da aceitação social, da capacidade de adaptação às realidades locais e da apropriação comunitária das iniciativas. Segundo Sen (2000), o desenvolvimento deve ser entendido como a ampliação das liberdades individuais, o que implica reconhecer a dimensão subjectiva das experiências sociais. Portanto, avaliar a percepção dos moradores do Hongo sobre o Kwenda significa compreender o grau de transformação social vivenciado a partir do acesso aos benefícios do programa.

Em síntese, este artigo propõe uma análise sociológica do Kwenda no Hongo, destacando a sua relevância como instrumento de protecção social e inclusão produtiva, mas também os desafios estruturais que persistem. A reflexão sobre os impactos e percepções locais contribui para debate sobre políticas sociais em Angola e para o fortalecimento de estratégias que visem o desenvolvimento equitativo e sustentável.

2 MARCO TEÓRICO

2.1. Desenvolvimento socioeconómico: conceitos e perspectivas

O desenvolvimento socioeconómico é entendido como um processo multidimensional que envolve simultaneamente melhorias nas condições sociais e económicas de uma população. Não se restringe ao aumento da renda per capita, mas abrange acesso à saúde, educação, habitação, segurança alimentar, participação cidadã e equidade social. Segundo Sen (2000), desenvolvimento significa a ampliação das liberdades humanas, permitindo que os indivíduos tenham acesso a oportunidades fundamentais para exercer escolhas e alcançar bem-estar.

Todaro e Smith (2020) reforçam que o desenvolvimento socioeconómico implica mudanças estruturais na sociedade que resultam na redução das desigualdades e na ampliação das oportunidades. Em Angola, esse conceito está directamente associado à luta contra a pobreza extrema e à promoção de condições de vida digna, especialmente nas zonas rurais onde persistem vulnerabilidades históricas.

A ligação entre desenvolvimento socioeconómico e os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) é central. Entre eles, destacam-se: ODS 1 (erradicação da pobreza), ODS 8 (trabalho decente e crescimento económico) e ODS 10 (redução das desigualdades). Dessa forma, programas como o Kwenda devem ser analisados não apenas em função da sua capacidade de transferir recursos financeiros, mas também pela sua contribuição na promoção da inclusão social, da equidade e da coesão comunitária.

2.2 Políticas públicas de combate à pobreza em Angola

Após o fim da guerra civil em 2002, o Estado angolano passou a priorizar políticas sociais voltadas para a reconstrução nacional e a redução da pobreza. O Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN 2018–2022; 2023–2027) estabeleceu como prioridade a diminuição das desigualdades regionais e o combate à pobreza multidimensional (Governo de Angola, 2023).

Entre as principais políticas, destacam-se:

Programa de Combate à Pobreza e Desenvolvimento Humano (PCPDH), que articula medidas sociais com projectos de infraestrutura básica; plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), orientado para descentralização de serviços e investimento em infraestruturas sociais; kwenda, considerado a mais abrangente política de protecção social implementada no país.

Apesar de avanços, estudos como os de Amaral (2021) e Chilala (2022) apontam limitações importantes: dependência da economia petrolífera, fragilidade institucional, fraca diversificação económica e desigual distribuição territorial das políticas. Além disso, a pobreza rural em Angola é estrutural, marcada por baixa escolaridade, informalidade laboral e falta de acesso a serviços básicos, o que exige programas sociais consistentes e de longo prazo.

2.3 Programas de protecção social: panorama geral

A protecção social em Angola, historicamente centrada em medidas contributivas voltadas a trabalhadores formais, mostrou-se insuficiente diante da predominância do sector informal. Esse

contexto levou à criação de programas de protecção social não contributiva, que visam atender populações em situação de pobreza extrema.

Campos e Sousa (2021) observam que a emergência da COVID-19 agravou vulnerabilidades sociais, reforçando a importância de programas como o Cartão Kikuaia, de apoio alimentar, e o Kwenda, que prioriza transferências monetárias a famílias de baixa renda. O Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (MINFAMU, 2022) informa que mais de um milhão de famílias foram cadastradas no Cadastro Social Único (CSU), o que possibilitou maior equidade na distribuição de apoios.

Entretanto, persistem desafios, como:

Baixa cobertura territorial em algumas províncias, dificuldades logísticas na entrega dos apoios; sustentabilidade financeira limitada e ausência de programas complementares robustos de formação e capacitação produtiva.

Essas limitações indicam que a protecção social em Angola deve evoluir no sentido de integração de políticas, reforço institucional e valorização de especificidades culturais e regionais.

2.4 O Projecto Kwenda: origem, objectivos e áreas de intervenção

O Projecto Kwenda foi oficialmente lançado em 2020 pelo Governo de Angola, com apoio do Banco Mundial, como resposta à crise socioeconómica agravada pela recessão económica e pela pandemia da COVID-19. O nome “Kwenda”, em kimbundu, significa “ir” ou “caminhar”, simbolizando um movimento em direcção ao desenvolvimento e à inclusão social.

Segundo o Fundo de Apoio Social (FAS, 2021), o Kwenda é estruturado em quatro componentes principais:

1. Transferências Sociais Monetárias (TSM): subsídios periódicos destinados a famílias em situação de vulnerabilidade extrema, para garantir segurança alimentar, educação e saúde.
2. Inclusão produtiva: apoio a microempreendimentos, capacitação produtiva e acesso a pequenos créditos.
3. Fortalecimento do Cadastro Social Único: para garantir transparência e evitar duplicidade de apoios.
4. Reforço da capacidade institucional: descentralização da gestão e fortalecimento de instituições locais.

Com um orçamento inicial de cerca de 420 milhões de dólares, o Kwenda já beneficiou, até 2024, mais de 1,6 milhão de famílias em Angola (Banco Mundial, 2023). Ainda assim, alguns municípios, não foram contemplados, revelando lacunas na sua abrangência.

2.5 Teorias sociológicas relacionadas ao desenvolvimento comunitário

O debate sobre os impactos do Kwenda deve ser interpretado à luz das principais teorias sociológicas do desenvolvimento comunitário:

Funcionalismo (Durkheim, 2014): enfatiza a coesão social e a solidariedade como bases para o equilíbrio das comunidades. Programas sociais como o Kwenda contribuem para reforçar a ordem social e reduzir tensões derivadas da exclusão.

Capital Social (Bourdieu, 1986; Putnam, 2006): destaca o papel das redes de confiança e reciprocidade. Ao oferecer recursos mínimos, o Kwenda possibilita maior integração comunitária e fortalecimento de laços de solidariedade.

Abordagem Crítica (Freire, 2019; Santos, 2008): compreende o desenvolvimento como transformação estrutural, exigindo participação popular e redistribuição de poder. O Kwenda, nesse prisma, só alcançará impacto duradouro se superar relações de dependência.

Desenvolvimento Endógeno (Sen, 2010; Santos, 2010): defende que o desenvolvimento deve partir da valorização das capacidades locais. O Kwenda tem potencial nesse sentido ao fomentar iniciativas produtivas comunitárias.

Perspectiva Africana (Mbembe, 2016; Gyekye, 1997): ressalta o comunitarismo e o Ubuntu como fundamentos culturais africanos. Programas como o Kwenda devem articular proteção social com solidariedade comunitária, para garantir legitimidade cultural.

2.6 Indicadores de impacto social

A literatura sobre avaliação de impacto social (Esteves, Franks & Vanclay, 2012; Barbieri, 2011) define indicadores como instrumentos fundamentais para mensurar mudanças provocadas por programas sociais. Em Angola, autores como Mulanga (2015) e Samuel (2019) destacam que programas de transferência de renda impactam não apenas em variáveis económicas (renda e alimentação), mas também em autoestima, cidadania e coesão comunitária.

Entre os principais indicadores aplicáveis ao Kwenda estão:

Varição da renda familiar; frequência escolar; acesso à saúde e habitação; consumo alimentar e segurança nutricional; empoderamento das mulheres; satisfação dos beneficiários e participação comunitária.

Esses indicadores permitem avaliar tanto resultados objectivos quanto percepções subjectivas, compondo uma análise mais ampla do impacto social.

2.7 Impactos sociais do Kwenda: evidências e limites

Estudos recentes confirmam que o Kwenda contribuiu para a melhoria da alimentação das famílias, aumento da frequência escolar, surgimento de pequenos negócios e fortalecimento da autonomia financeira de mulheres (ANGOP, 2024; FAS, 2023). Contudo, os benefícios não são uniformes,

havendo relatos de insatisfação devido a atrasos, baixa cobertura e falta de acompanhamento comunitário (Fonseca, 2020).

Assim, o Kwenda representa uma política inovadora e promissora no combate à pobreza em Angola, mas ainda enfrenta o desafio de superar dependências assistencialistas e consolidar estratégias de inclusão produtiva sustentáveis.

2. MATERIAL E MÉTODO

A investigação sobre a percepção do Projecto Kwenda no desenvolvimento socioeconómico dos moradores do Hongo, município da Humpata, seguiu uma abordagem qualitativas e quantitativas. Essa opção justifica-se pela necessidade de compreender tanto os efeitos mensuráveis do programa — como renda, frequência escolar e segurança alimentar — quanto as percepções subjectivas dos beneficiários sobre as transformações em suas vidas. Segundo Creswell (2014), a abordagem quali-quantitativas amplia a robustez analítica por integrar dados estatísticos com narrativas interpretativas.

Do ponto de vista tipológico, a investigação enquadra-se como descritiva-exploratória. É descritiva porque buscou caracterizar a realidade socioeconómica do bairro do Hongo, apresentando dados empíricos que retratam a situação dos moradores antes e depois da implementação do Kwenda. É exploratória porque se propôs a levantar informações ainda pouco sistematizadas sobre a percepção comunitária em relação ao programa, gerando subsídios para futuras pesquisas e para o aperfeiçoamento das políticas sociais em Angola (Gil, 2008).

Foram utilizados métodos teóricos e empíricos. Entre os primeiros, destacam-se a revisão bibliográfica, que permitiu sistematizar conceitos de desenvolvimento socioeconómico, pobreza e protecção social; a análise e síntese, empregada na organização dos referenciais teóricos e dados recolhidos; a triangulação de dados, que possibilitou o cruzamento entre fontes bibliográficas, questionários e formulários; e o método histórico-lógico, que ajudou a compreender o contexto histórico da pobreza no município da Humpata e a evolução das políticas sociais angolanas.

No plano empírico, foram aplicados dois instrumentos de recolha de dados: o inquérito por questionário e o formulário estruturado. O questionário foi dirigido a um responsável técnico do Projecto Kwenda, visando recolher informações institucionais sobre os objectivos, desafios e resultados do programa. Já o formulário foi aplicado directamente aos beneficiários, permitindo recolher dados socioeconómicos e percepções individuais acerca do impacto do Kwenda.

A amostra foi intencional, incluiu 60 beneficiários residentes no bairro do Hongo e um responsável técnico do projecto, totalizando 61 participantes. A escolha intencional justifica-se pela necessidade de trabalhar com indivíduos directamente envolvidos na implementação e experiência do programa.

Os critérios de inclusão contemplaram famílias residentes no Hongo, beneficiárias directas do Kwenda e com, no mínimo, seis meses de inserção no programa, de forma a garantir uma experiência mínima com os benefícios recebidos. Foram excluídos moradores que não haviam recebido apoios do Kwenda ou que apresentavam dificuldades cognitivas que inviabilizassem respostas consistentes.

Para a análise dos dados, empregou-se a estatística descritiva, com recurso a percentagens e representações gráficas para ilustrar a distribuição de variáveis como sexo, idade, composição do agregado familiar e uso dos recursos recebidos. Os dados qualitativos foram submetidos a análise de conteúdo, conforme Bardin (2011), visando identificar categorias de significados relacionadas à percepção do programa. A triangulação entre resultados quantitativos e qualitativos permitiu maior validade às conclusões.

Os participantes foram informados sobre os objectivos do estudo e garantidos quanto ao anonimato e confidencialidade das respostas. A participação foi voluntária e consentida, assegurando respeito à dignidade e autonomia dos respondentes, em conformidade com as orientações de pesquisa em ciências sociais (Lakatos & Marconi, 2017).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Caracterização do local de estudo

O bairro do Hongo, situado no município da Humpata, província da Huíla, é uma comunidade de base agrícola, marcada por forte presença das populações Nyaneka-Humbe. A economia local assenta, sobretudo, na agricultura de subsistência e na pastorícia, com reduzida inserção em actividades comerciais formais. As infraestruturas sociais básicas — como escolas, centros de saúde, vias de acesso, energia eléctrica e abastecimento de água potável — são escassas ou insuficientes. Esse quadro reflecte o que Chilala (2022) denomina de “pobreza estrutural”, onde a ausência de políticas públicas eficazes perpetua exclusões históricas.

É nesse contexto que o Projecto Kwenda foi introduzido como resposta governamental à vulnerabilidade social, buscando garantir um mínimo de protecção social e fomentar a inclusão produtiva. Assim, o estudo da percepção dos moradores permite avaliar a correspondência entre os objectivos institucionais e a realidade experienciada pelos beneficiários.

Perfil dos beneficiários

A amostra do estudo compreendeu 61 participantes: 60 beneficiários diretos do Kwenda e um técnico de acção social ligado ao projecto. Dos beneficiários, 53,3% eram mulheres e 46,7% homens, revelando uma ligeira predominância feminina. Essa proporção está em consonância com relatórios do FAS (2023), que destacam a priorização de mulheres em programas de protecção social por seu papel central na gestão dos recursos familiares.

Quanto à faixa etária, metade dos beneficiários (50%) tinha entre 31 e 43 anos, 25% entre 18 e 30 anos, e 25% acima de 44 anos. Esse dado demonstra que o Kwenda contempla, em maior proporção, indivíduos em idade economicamente activa, mas também alcança idosos, o que confirma o carácter inclusivo do programa.

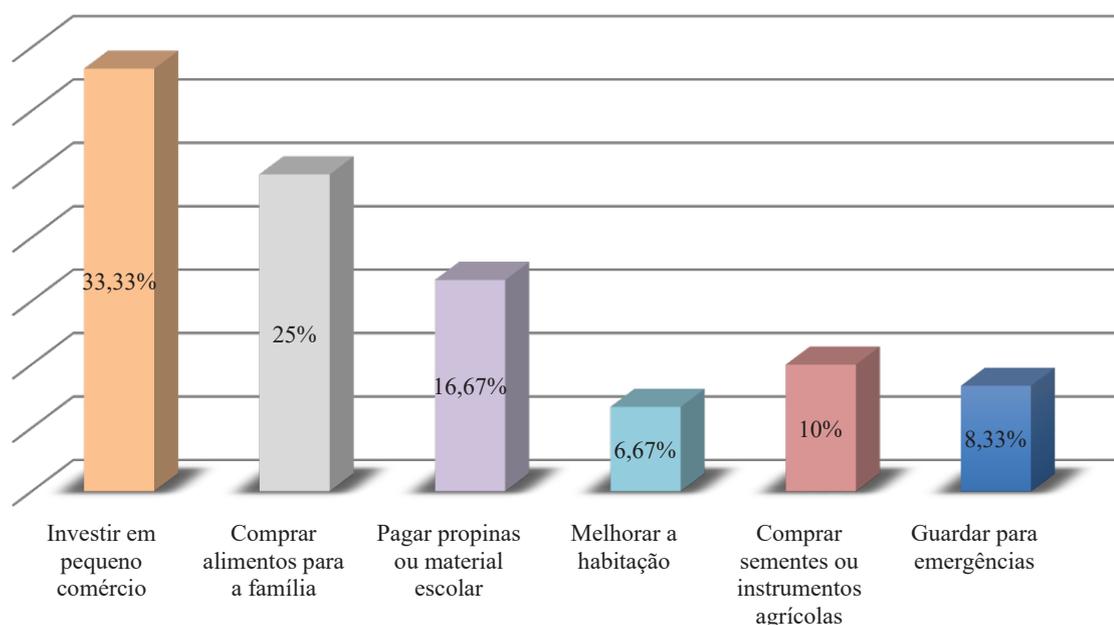
No que diz respeito às actividades económicas, 41,6% dedicavam-se à agricultura de subsistência, 30% ao pequeno comércio, 18,3% a trabalhos informais temporários e 10% não possuíam rendimento fixo. A dependência quase absoluta da economia informal revela a precariedade estrutural do mercado de trabalho local e justifica a necessidade de políticas redistributivas, conforme sublinha Amaral (2022).

Benefícios recebidos e formas de utilização

Os dados mostram que 90% dos beneficiários afirmaram ter recebido apoios do Kwenda, maioritariamente em forma de transferências monetárias. A totalidade dos participantes relatou que os benefícios recebidos foram exclusivamente em dinheiro, confirmando que a estratégia do programa se centra em transferências monetárias diretas.

Quanto ao uso dos recursos, os resultados evidenciam diversidade de aplicações

Gráfico 1



Os dados recolhidos mostram 33,33% investiram em pequeno comércio, abrindo ou reforçando negócios de venda de produtos alimentares e bens de uso doméstico; 25% utilizaram os apoios para compra de alimentos, respondendo a necessidades imediatas de segurança alimentar; 16,67% aplicaram os valores em educação, cobrindo despesas de propinas e material escolar; 10% direccionaram para a produção agrícola, comprando sementes e insumos; 6,67% investiram em melhorias habitacionais e 8,33% preferiram guardar os recursos como reserva para emergências.

Esses resultados confirmam a tese de Tavira (2022), segundo a qual programas de transferência monetária podem ter dupla função: atender às necessidades imediatas e, simultaneamente, fomentar atividades produtivas. A utilização em comércio e agricultura demonstra o potencial de transformação estrutural do Kwenda, indo além do assistencialismo.

Impacto percebido no desenvolvimento socioeconómico

Um dos objectivos centrais do estudo foi compreender a percepção dos moradores quanto ao impacto do Kwenda em suas vidas. Para 83,33% dos beneficiários, o programa contribuiu positivamente para o desenvolvimento socioeconómico, melhorando as condições de vida e

oferecendo novas possibilidades de renda. Apenas 16,67% afirmaram não perceber impactos significativos, sobretudo pela irregularidade nos pagamentos ou pela limitação do valor recebido.

Entre os principais impactos apontados, destacam-se:

Segurança alimentar: famílias relataram maior capacidade de comprar alimentos variados, reduzindo episódios de fome. Esse dado dialoga com a literatura de MASFAMU (2022), que apresenta a melhoria nutricional como um dos efeitos imediatos do Kwenda.

Educação: o apoio financeiro possibilitou o pagamento de propinas e materiais escolares, resultando na redução do abandono escolar, especialmente entre meninas. Essa dimensão é consistente com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, em particular o ODS 4 (educação de qualidade).

Empoderamento feminino: muitas mulheres relataram maior autonomia financeira, passando a gerir pequenos negócios e contribuindo ativamente para o sustento familiar. Nzaji (2021) observa que o empoderamento feminino é um dos impactos mais significativos de programas de proteção social em contextos africanos.

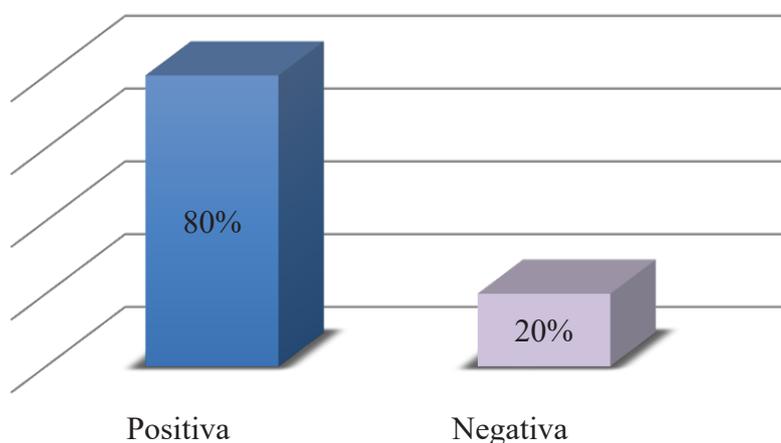
Habitação: parte dos beneficiários utilizou os recursos para melhorar suas casas, adquirindo materiais de construção ou bens duráveis, como colchões e fogões.

Participação comunitária: alguns beneficiários passaram a envolver-se mais em actividades colectivas, fortalecendo o capital social local, conforme Putnam (2006).

Esses resultados demonstram que o Kwenda atende a múltiplas dimensões do desenvolvimento socioeconómico, articulando efeitos imediatos e potenciais impactos de médio prazo.

Percepções críticas e limitações

Gráfico 2



Apesar da avaliação amplamente positiva, 20% dos beneficiários expressaram insatisfação. As principais críticas relacionaram-se a três factores:

1. Atrasos e irregularidade nos pagamentos: alguns moradores relataram receber subsídios apenas uma vez ao ano, o que compromete a previsibilidade financeira.
2. Baixa literacia financeira: beneficiários com pouca escolaridade têm dificuldades em gerir os recursos, o que limita os efeitos produtivos das transferências.
3. Fragilidade estrutural: a insuficiência de infraestruturas locais — escolas, postos de saúde, estradas — impede que os recursos financeiros tenham pleno impacto.

Esses limites apontam para a necessidade de associar as transferências monetárias a políticas complementares de educação financeira, capacitação produtiva e investimento em serviços básicos. Fonseca (2020) argumenta que a eficácia de programas sociais em África depende do diálogo entre políticas redistributivas e estruturais, caso contrário o impacto tende a ser parcial e de curta duração.

Contribuição institucional: a visão do técnico do Kwenda

O questionário aplicado ao técnico de acção social reforçou os resultados apresentados pelos beneficiários. Para ele, os principais impactos do Kwenda no Hongo incluem melhoria da alimentação das famílias, aumento da frequência escolar, autonomia financeira das mulheres e surgimento de pequenos negócios. No entanto, também destacou desafios como a falta de literacia financeira, dificuldades logísticas e problemas na atualização de dados cadastrais.

Essa visão institucional demonstra que há consenso quanto ao impacto positivo do programa, mas também reconhecimento das limitações que precisam ser superadas para garantir sustentabilidade.

Discussão crítica à luz da teoria

Os resultados obtidos confirmam, em grande medida, os pressupostos teóricos apresentados na revisão da literatura. Sob a óptica funcionalista (Durkheim, 2014), o Kwenda contribui para a coesão social, reduzindo tensões provocadas pela pobreza extrema. Pela teoria do capital social (Bourdieu, 1986; Putnam, 2006), observa-se o fortalecimento das redes comunitárias e da confiança entre moradores.

No entanto, a abordagem crítica (Freire, 2019; Santos, 2008) alerta para os riscos de dependência e de reprodução de relações desiguais caso o programa não seja acompanhado de participação comunitária e redistribuição de poder. Nesse sentido, a insatisfação de parte dos beneficiários revela que a eficácia do Kwenda depende de uma gestão mais inclusiva e de políticas complementares que transformem estruturalmente as condições locais.

Por outro lado, a perspectiva do desenvolvimento endógeno (Sen, 2010; Santos, 2010) reforça que o Kwenda deve valorizar os saberes e práticas locais, incentivando actividades produtivas enraizadas na cultura do Hongo. Os relatos de investimento em pequenos negócios e agricultura confirmam essa possibilidade, mas exigem maior apoio técnico e institucional.

De forma geral, a pesquisa evidencia que o Kwenda é amplamente percebido como um programa transformador, capaz de gerar melhorias significativas nas condições de vida dos moradores do Hongo. Contudo, também demonstra que o impacto é desigual e condicionado por factores estruturais, como infraestruturas precárias, literacia financeira limitada e falhas logísticas.

Assim, o Kwenda deve ser compreendido não apenas como política redistributiva, mas como parte de um sistema mais amplo de desenvolvimento comunitário, que articule protecção social, inclusão produtiva e investimentos estruturais.

CONSIDERAÇÃO FINAIS

O presente artigo teve como objectivo analisar a percepção dos moradores do Hongo, município da Humpata, em relação ao Projecto Kwenda, enquanto política pública de protecção social destinada a combater a pobreza extrema e promover inclusão produtiva em Angola. A pesquisa demonstrou que o Kwenda tem sido amplamente reconhecido como uma ferramenta de transformação social, capaz de melhorar as condições de vida de famílias vulneráveis e criar novas possibilidades de desenvolvimento comunitário.

Os resultados confirmaram que a maioria dos beneficiários utiliza os recursos recebidos de forma estratégica, seja para suprir necessidades imediatas, como a compra de alimentos, seja para investimentos em educação, agricultura e pequenos negócios. Essa diversificação de usos evidencia que o Kwenda não se limita a uma função assistencialista, mas pode contribuir para a construção de alternativas de sustentabilidade económica local. Um dos aspectos mais notáveis foi o fortalecimento do papel das mulheres, que adquiriram maior autonomia financeira e protagonismo na gestão dos agregados familiares.

Ao mesmo tempo, emergiram limitações importantes. Muitos beneficiários apontaram atrasos e irregularidades nos pagamentos, baixa literacia financeira e falta de acompanhamento institucional adequado. Além disso, a ausência de infraestruturas sociais básicas no Hongo compromete a eficácia dos apoios recebidos. Esses desafios revelam que, embora o Kwenda seja um passo fundamental no combate à pobreza, ainda carece de políticas complementares de longo prazo, capazes de transformar estruturalmente as condições socioeconómicas das comunidades.

Do ponto de vista teórico, a investigação dialogou com diferentes abordagens sociológicas. O funcionalismo ajuda a compreender o papel do Kwenda na coesão social; a teoria do capital social evidencia o fortalecimento de redes comunitárias; e a abordagem crítica alerta para os riscos de dependência e para a necessidade de participação comunitária efectiva. Já a perspectiva do desenvolvimento endógeno reforça a importância de valorizar iniciativas produtivas locais como caminho para a sustentabilidade.

Diante desses achados, o estudo sugere algumas recomendações: (1) reforçar a regularidade e previsibilidade das transferências monetárias; (2) implementar programas de educação financeira e de capacitação produtiva voltados aos beneficiários; (3) articular o Kwenda com investimentos em infraestruturas sociais, especialmente saúde, educação e vias de acesso; (4) promover maior participação comunitária na gestão e monitoramento do programa, garantindo que as políticas sejam sensíveis às realidades locais.

Portanto, que o Kwenda representa uma política pública inovadora e promissora no contexto angolano, contribuindo para a redução das desigualdades sociais e para o fortalecimento da protecção social. Contudo, o seu impacto só se tornará sustentável se for integrado a estratégias mais amplas de desenvolvimento económico e social, que considerem simultaneamente os desafios estruturais e a valorização das capacidades endógenas das comunidades. Assim, o Kwenda não

deve ser visto como um fim em si mesmo, mas como parte de um processo mais abrangente de construção de justiça social, cidadania e equidade em Angola.

O estudo apresentou limitações relacionadas ao tamanho da amostra, circunscrita apenas ao bairro do Hongo, e à ausência de indicadores longitudinais. Recomenda-se que pesquisas futuras ampliem a abrangência territorial, incluam análises comparativas entre municípios e incorporem métodos qualitativos aprofundados para captar dimensões culturais e subjectivas dos beneficiários.

REFERÊNCIAS

AMARAL, J. Pobreza estrutural em Angola: desafios e perspectivas. Luanda: Edições Mulemba, 2021.

AMARAL, J. Economia informal e vulnerabilidade social no contexto angolano. *Revista Angolana de Ciências Sociais*, v. 8, n. 2, p. 45–62, 2022.

ANGOP. Kwenda já beneficia mais de um milhão e meio de famílias. Agência Angola Press, 2024. Disponível em: <https://www.angop.ao>. Acesso em: 9 set. 2025.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.

BANCO MUNDIAL. Relatório de progresso do Projecto Kwenda em Angola. Washington, DC: Banco Mundial, 2023.

BOURDIEU, P. As formas do capital. In: RICHARDSON, J. (Ed.). *Manual de teoria e pesquisa para a sociologia da educação*. Nova Iorque: Greenwood, 1986. p. 241–258.

CAMPOS, M.; SOUSA, L. Proteção social em tempos de crise: lições da pandemia em Angola. *Revista de Estudos Africanos*, v. 12, n. 3, p. 77–94, 2021.

CHILALA, P. Políticas sociais e desigualdades no sul de Angola. Lubango: ISCED-Huíla, 2022.

CRESWELL, J. W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 4. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

DURKHEIM, E. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

ESTEVES, A. M.; FRANKS, D.; VANCLAY, F. Avaliação de impacto social: o estado da arte. *Avaliação de Impacto e Planeamento de Projetos*, v. 30, n. 1, p. 34–42, 2012.

FONSECA, C. Transferências monetárias e pobreza em África: desafios e contradições. *Revista Internacional de Políticas Sociais*, v. 15, n. 1, p. 21–39, 2020.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 70. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOVERNO DE ANGOLA. *Plano de Desenvolvimento Nacional 2023–2027*. Luanda: Ministério da Economia e Planeamento, 2023.

GYEKYE, K. Tradição e modernidade: reflexões filosóficas sobre a experiência africana. Lisboa: Edições Colibri, 1997.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MASFAMU. Relatório sobre o impacto social do Projecto Kwenda. Luanda: Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, 2022.

MBEMBE, A. Políticas da inimizade. Lisboa: Antígona, 2016.

MULANGA, A. Pobreza e desigualdade em Angola: uma análise sociológica. Revista Angolana de Estudos Sociais, v. 2, n. 1, p. 33–57, 2015.

NZAJI, M. Mulheres e pobreza em África: entre vulnerabilidade e empoderamento. Luanda: Editorial Kilamba, 2021.

PUTNAM, R. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SAMUEL, V. Transferências de renda e cidadania em Angola. Lubango: ISCED-Huíla, 2019.

SANTOS, B. de S. Um discurso sobre as ciências. Porto: Afrontamento, 2008.

SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. São Paulo: Cortez, 2010.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, A. A ideia de justiça. Lisboa: Edições Almedina, 2010.

TAVIRA, F. Impacto das transferências sociais monetárias no empoderamento económico. Revista de Políticas Públicas Africanas, v. 6, n. 2, p. 101–120, 2022.

TODARO, M.; SMITH, S. Desenvolvimento económico. 13. ed. Lisboa: Pearson, 2020.